

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas

Lenir Gomes Ximenes
Mestranda em História – UFGD, Bolsista da FUNDECT-MS

RESUMO: Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa “Os índios Terena de Buriti e o Estado brasileiro”, em andamento no programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Para sua composição foram consultados documentos, como relatórios de presidentes de província, perícia histórica e antropológica; além da bibliografia historiográfica e antropológica do tema. O espaço no qual se insere o objeto do estudo é a Bacia Platina. Mais especificamente, será destacado o Pantanal (situado no Brasil, nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul), e seu prolongamento: o Chaco, que abrange a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. O objetivo principal é compreender as relações dos índios Terena neste espaço (Chaco – Pantanal), com outros povos indígenas e com as frentes de colonização. O recorte temporal está centrado nos séculos XVIII e XIX. No entanto, é preciso antes analisar como foi construída a noção que atribui a origem dos Terena ao Chaco paraguaio.

PALAVRAS-CHAVE: Terena, relações interétnicas, Chaco-pantanal.

ABSTRACT: This article presents some results of research "Buriti Terena Indians and the Brazilian state," under way in the Master's program in History at the Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. For its composition were consulted documents such as reports of provincial presidents, historical and anthropological expertise, in addition to the historiographical and anthropological literature on the subject. The space in which to insert the object of study is the Platina Basin. More specifically, the Pantanal is highlighted (located in Brazil, in Mato Grosso and Mato Grosso do Sul), and its continuation: the Chaco, which covers Argentina, Paraguay and Bolivia. The main goal is to understand the relationships of Terena Indians in this space (Chaco - Pantanal), with other indigenous peoples and with the colonizers. The cut-off time is centered in the eighteenth and nineteenth centuries. However,

we must first examine how it was constructed the notion that attributes the origin of the Terena Paraguayan Chaco.

KEY-WORDS: Terena, ethnic relations, Chaco-marsh.

1. Introdução

A Bacia Platina, formada pelas sub-bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai, compreende diferentes ecossistemas e áreas de transição entre eles. Dentre estas áreas destaca-se o Pantanal (situado no Brasil, nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul), e seu prolongamento: o Chaco, que abrange a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. O objetivo deste texto é compreender as relações dos índios Terena neste espaço (Chaco – Pantanal), seja com outros povos indígenas, seja com as frentes de colonização. O recorte temporal está centrado nos séculos XVIII e XIX.

No entanto, existe uma segunda questão que deve ser tratada neste texto. É necessário compreender como foi construída a noção da origem territorial destes índios. Esta preocupação surgiu a partir de leituras e pesquisas sobre os Terena da Terra Indígena Buriti – localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti – MS. Em uma situação de disputa por terra entre estes indígenas e fazendeiros da região, eles foram apontados como índios paraguaios. Esta observação foi feita tendo por base a historiografia que os concebe como originários do Chaco paraguaio. No entanto foi essencial utilizar a Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena, realizada por Eremites de Oliveira e Pereira (2003), que traz outra visão sobre o tema. De forma geral, para a elaboração do artigo, também foi importante a leitura da tese de Ferreira (2007), e da dissertação de Vargas (2003), dentre outras obras.

2. O Chaco na História terena

Segundo as principais referências sobre os Terena, esta etnia é um dos subgrupos Guaná ou Chané, da família linguística Aruák. Eremites de Oliveira e Pereira (2003: 242) sintetizam as informações registradas pelos cronistas e viajantes antigos observando que *Guaná-Txané, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica, e ainda que os antigos Guaná falavam, até o período anterior à guerra entre o*

Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), diversos dialetos Aruák. Estavam divididos nos subgrupos Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana (Layana).

No entanto, é necessário ter cautela na interpretação dos dados, pois a designação dos índios não era uniforme e, conseqüentemente, não se pode inferir exatamente os mesmos etnônimos para a atualidade. Como bem assinalaram Eremites de Oliveira e Pereira (2003), a própria denominação Guaná ou Chané, é uma categoria genérica, que aglutina povos com diferentes historicidades. Ou seja, é uma formalidade instituída por cronistas, antropólogos, estudiosos em geral, com o objetivo de criar uma unidade entre estes grupos, baseados em algumas características similares. O objetivo desta observação não é romper com as tentativas de identificação de similaridades entre eles, mas atentar para as generalizações arbitrárias.

Feitas essas considerações, é conveniente tratar da questão da presença dos Terena no Chaco paraguaio. Bittencourt e Ladeira (2000) definem os Tempos Antigos como o período compreendido entre a saída destes índios do Exiva, ou Chaco paraguaio, e a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Cardoso de Oliveira (1976) em sua análise dos relatos setecentistas e oitocentistas, conclui que os subgrupos Guaná atravessaram o rio Paraguai somente a partir da segunda metade do século XVIII, e instalaram-se nas proximidades do rio Miranda. Acrescenta ainda ser improvável que eles tenham se estabelecido na região antes deste período. No entanto, não parece seguro estender as considerações de ambos para todos os Terena, ou mesmo para os Guaná em geral. Assim como em épocas posteriores, os índios de uma mesma etnia não viviam todos no mesmo lugar, mas dividiam-se em diferentes grupos, mais tarde denominados aldeias. Os primeiros colonizadores espanhóis provavelmente tiveram contato com alguns deles, mas não com sua totalidade, sendo improvável que pudessem conhecer precisamente todos os seus deslocamentos.

Independente de questões cronológicas mais precisas, outros autores como Susnik (1978), Oberg (1990), Altenfelder Silva (1949), corroboram com esta perspectiva da origem chaquenha dos Terena. Schuch (1995) aponta que os Guaná estabeleceram-se na margem oriental do rio Paraguai no século XVIII devido dois fatores principais. O primeiro está atrelado à colonização espanhola no Chaco paraguaio, que teria provocado a busca dos indígenas por outras terras. O segundo, diz respeito ao acompanhamento de outras etnias. Entretanto, esta noção, presente inclusive entre os próprios índios, foi formada ao longo do processo de colonização ibero-americana. A estipulação das fronteiras entre Brasil e

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

Paraguai influenciou esta visão de migração do território paraguaio, quando na verdade, este espaço era de posse indefinida neste período.

Nesta discussão são importantes os trabalhos de Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e a tese de doutorado de Ferreira (2007), mencionados anteriormente. Segundo eles não teria ocorrido uma migração, como afirmam outros autores. Os locais hoje ocupados pelos indígenas do Mato Grosso do Sul são fragmentos de um território indígena muito mais amplo, no espaço de interação interétnica do Chaco-Pantanal. Os saberes indígenas sobre estas terras foram construídos durante o processo de colonização luso-espanhol, que desintegrou este território ao longo da formação dos Estados Nacionais (FERREIRA, 2007).

Susnik (1978) aponta que o Chaco Boreal compreenderia a região do Porto de Candelária até o rio Jauru, podendo também ser denominado alto Paraguai. O que hoje corresponde ao Pantanal faria parte deste território. Esta área era considerada uma rota de passagem para os Andes e Peru, devido à busca pelo ouro. Um processo de ocupação sistemática no local só começou a ser realizado no século XVIII, pelos portugueses. No entanto, mesmo sem ocupação efetiva, o colonialismo hispânico adentrara nesta região há muito tempo, defrontando-se com diversos povos indígenas.

É importante ressaltar que os territórios atualmente reconhecidos como Chaco e Pantanal eram de posse indefinida até o século XVIII. Dessa forma, do ponto de vista físico o Gran Chaco não abrange somente terras da Bolívia, do Paraguai e da Argentina. No Brasil, há também áreas com vegetação tipicamente chaquenha (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003).

Pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, a bacia inundável pertencia à Coroa Espanhola, e passou a ser denominada Laguna de los Xarayes. No caso do Tratado de Madri, de 1750, *não havendo o reconhecimento do direito indígena ao território, grande parte das terras era tida como espaços vazios. Os limites seguiriam, nesse caso, os acidentes físicos, ou seja, a fronteira natural, principalmente, as fronteiras fluviais* (MACHADO, 2000: 1).

Com o Tratado de Badajoz, de 1801, ficou estipulado que a bacia do alto Paraguai pertencia à Coroa portuguesa. Estes acordos não foram os únicos, e a tensão culminou com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). No entanto, os exemplos assinalam as contradições na estipulação dos limites entre os domínios espanhóis e portugueses na região habitada pelos Terena e os demais povos definidos como Guaná.

Também é importante considerar que são múltiplos os relatos de cronistas espanhóis sobre os Guaná, e há alguns sobre os Terena, especificamente. No entanto, isso não

permite afirmar que estes índios são originários do Chaco paraguaio. Para as populações indígenas, o que hoje corresponde a este território formava, juntamente com o atual Pantanal mato-grossense, um único espaço de interação interétnica. Não é possível precisar seus deslocamentos no interior deste complexo geográfico, uma vez que eram vários grupos das mesmas etnias e os relatos de viajantes não poderiam ter contemplado todos eles.

Além disso, a noção de fronteira entre os domínios luso-espanhóis era imprecisa, mesmo para as autoridades destes Estados nacionais, daí o perigo de apropriar-se desta noção para um período tão recuado. O que parece mais preciso é que a região do atual Mato Grosso do Sul também estava inserida neste espaço definido como Chaco, conforme aponta Ferreira (2007).

3. As relações interétnicas

Após esta contextualização a respeito do território habitado pelos Terena, é possível tratar mais especificamente das relações sociais em que estes índios estavam envolvidos. Neste sentido, Carvalho (1995), referindo-se aos grupos locais da região chaquenha, constata que eles mantinham intensas relações, mediante visitas periódicas, lutas, trocas rituais e alianças matrimoniais.

Particularmente em relação aos Terena, os relatos de viajantes indicam que eles eram exímios agricultores, e mantinham estreita interação com os Guaicuru, nos séculos XVII e XVIII:

À época da chegada dos espanhóis, os Guaná iam, como atualmente se reunir em bandos aos Mbayás, para lhes obedecer, servi-los e cultivar suas terras, sem nenhum salário. Daí o motivo dos Mbayás os chamarem sempre escravos seus. É verdade que a escravidão é bem doce, porque o Guaná se submete voluntariamente e renuncia quando lhe agrada. Mais ainda, seus senhores lhes dão bem poucas ordens, não empregam jamais um tom imperativo, nem obrigatório, e tudo dividem com os Guanás, mesmo os prazeres carnis (AZARA, *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 32).

Por não conhecerem as formas de interação encontradas entre os índios na América, os europeus denominaram as relações entre os Guaná e os Guaicuru como vassalagem ou mesmo escravidão. No entanto estes termos eram imprecisos, por basearem-se na vivência dos espanhóis em outro ambiente e com outros padrões sociais. Por isso, a noção de vassalagem refere-se ao contexto europeu da Idade Média, e a palavra escravidão está em

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

desacordo com a descrição que sugere uma *submissão voluntária*. Na etnografia brasileira estas relações foram definidas como aliança ou simbiose.

Cardoso de Oliveira (1976), sintetizando as informações setecentistas e oitocentistas acerca do assunto, aponta que a interação entre os grupos não foi hegemônica, estava sujeita às diferenças de cada subgrupo, e restrita à classe dos chefes. Além disso, houve períodos de conflito. Os Mbayá exerciam uma supremacia bélica na região do Chaco e espoliavam os Guaná, destruindo suas plantações e espreitando-os em suas roças. Foi feito então um acordo de paz entre eles, mediante a entrega periódica de parte da produção agrícola para os Guaicuru. Em troca, os Guaná recebiam facas, machados, e outros utensílios, fruto das investidas dos Mbayá contra portugueses e espanhóis. Segundo Vargas (2003), os Terena, especificamente, souberam aproveitar a aliança com os Guaicuru, pois também adotaram o cavalo e organizavam incursões em busca de cativos. Dessa forma, colocavam em prática sua estratégia de defesa, pactuando com outras etnias.

A dominação, ou antes, aliança Guaicuru com os Guaná, ocorreu sobre as demandas políticas indígenas, e paralela ao processo de transformação das relações na região chaquenha devido aos intentos coloniais. Esta aliança juntamente com a apropriação do cavalo e do aço, enquanto estratégia militar consolidou a supremacia Guaicuru no Chaco (FERREIRA, 2007). Portanto, a interação interétnica e o processo de colonização luso-espanhol na região devem ser estudados em conjunto, pois conforme Trigger (1982), a história colonial não pode ser compreendida sem um firme conhecimento da história indígena. Como exemplo desta interdependência Ferreira (2007) cita o “Tratado de Paz e Amizade”, selado entre a Coroa portuguesa e os Mbayá-Guaicuru em 1791, na cidade de Vila Bela. O acordo possibilitou a fundação de fortes e povoações no território indígena.

Durante o século XVIII se inicia efetivamente a formação do Estado Colonial português. Em 1767 foi construído um presídio no Iguatemi; em 1775 o Forte de Coimbra; em 1778, a Vila Maria do Paraguai e a Povoação do Albuquerque, (no local da atual cidade de Corumbá); em 1797 o Presídio de Miranda (FERREIRA, 2007). Com isso, alguns povos indígenas fixaram-se nas imediações de presídios, fortes e vilas. Após a fundação destes estabelecimentos, há mais documentos produzidos pelo governo português a respeito dos índios.

Todavia, na maioria destas fontes os Terena não aparecem, sendo entendidos aqui como parte da categoria Guaná. Certamente não havia preocupação das autoridades em distinguir cada um dos grupos em todos os documentos produzidos. Seu interesse estava voltado principalmente para a divisão entre os povos que mantinham relações de

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

colaboração e os que estavam em conflito com os não índios. Ou, em outras palavras, aqueles que eram julgados como mais propensos a aceitar a “civilização” e aqueles que deviam ser eliminados por meio das “Guerras justas”. Portanto, a alternativa foi manter, ao longo do texto, a terminologia utilizada em cada documento. Mais uma vez é notável a imprecisão das informações fornecidas nos escritos oficiais, o que justifica a sua interpretação em caráter relativo.

Quanto às mudanças trazidas gradativamente pela colonização europeia, é preciso ressaltar que as ações na América sempre estiveram ligadas a uma concepção cristã etnocêntrica, considerando os indígenas como “crianças” da humanidade, numa escala evolutiva em cujo topo estava a “civilização branca, cristã, ocidental”. De acordo com Ferreira Neto (1997), esta postura foi reforçada nos séculos XVIII e XIX com o desenvolvimento das ciências naturais e do Positivismo. Numa perspectiva evolucionista, a distância geográfica e cultural era considerada histórico-evolutiva, explicando tal situação com as diferenças físicas de cada grupo étnico, ou “raças”, conforme terminologia da época. Evidentemente tais teorias não se sustentaram após as críticas antropológicas dos séculos XIX e XX, pelos menos não no meio acadêmico. Mas, esta concepção norteou a colonização portuguesa no Brasil, visando a então “assimilação” dos índios pela sociedade envolvente.

Em ofício de 22 de junho de 1796, o comandante do presídio de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, informa que nas imediações do presídio, estava um grupo de Guaná estabelecido junto com os Guaicuru. Eles estariam fugindo não somente dos espanhóis, mas também de outros Mbayás, o que reforça a ideia de que as relações não eram hegemônicas e variavam nos extremos conflito/aliança de acordo com cada grupo. O principal capitão Guaicuru era casado com uma mulher Guaná, ou seja, o matrimônio era uma forma de selar a aliança entre eles, conforme constatado por alguns cronistas antigos.

O ofício de 1797, produzido pelo governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto permite algumas considerações. Em primeiro lugar confirma que os Guaná, ou pelo menos alguns grupos deles, eram aliados dos Guaicuru no século XVIII. Em segundo lugar que o contato com estes índios ocorreu inicialmente com os espanhóis e que alguns grupos deslocaram-se em virtude disto. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva: esta mobilidade ocorreu dentro do complexo territorial que os índios já ocupavam. Ao esbarrarem nos empreendimentos portugueses, eles reivindicaram a permanência entre o presídio de Coimbra e a povoação de Albuquerque.

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

No mesmo ofício (1797), o governador da Capitania de Mato Grosso afirma que seria mais prudente aldear os Guaicuru e Guaná às margens do rio Mondego (ou rio Miranda), formando uma barreira aos vizinhos espanhóis. O aldeamento dos índios tornou-se desta forma, uma preocupação constante da Coroa Portuguesa, na tentativa de controlá-los e conseguir sua ajuda na posse do território. Por outro lado, os índios aproveitavam-se dos conflitos luso-espanhóis para barganhar seu apoio, como aponta Caetano Pinto em ofício de 1803.

De acordo com o Parecer elaborado por Almeida Serra (1803), os Guaná estabelecidos nas proximidades dos presídios tinham lavouras, criação de porcos e galinhas, além de tecerem panos e redes. Todos estes produtos eram vendidos aos portugueses. Eremites de Oliveira e Pereira (2003) observam que desta forma eles encontraram uma alternativa para conseguir os artefatos metálicos, antes fornecidos somente pelos Guaicuru.

Por meio destas considerações é possível compreender que a aliança entre os Mbayá-Guaicuru e os Guaná consolidou a supremacia dos primeiros na região chaquenha. Entretanto, esta supremacia era uma via de mão dupla, uma vez que ela ocorreu no âmbito do desenvolvimento da colonização ibero-americana e por vezes envolveu conflitos e acordos com os novos ocupantes do território, os europeus. No entanto a partir do século XVIII, as relações consolidadas pelos Mbayá começavam a entrar em declínio, em parte devido ao avanço do colonialismo.

Nos primeiros anos de colonização no sul de Mato Grosso, os intentos coloniais concentraram-se nos povos que viviam nas imediações dos fortes, presídios e vilas. Nos primeiros anos do Império a situação não mudou, e as decisões sobre os índios eram tomadas de forma arbitrária, a critério de cada província (VASCONCELOS, 1995) Todavia, a partir de 1845, isso começou a mudar, ao menos teoricamente. Neste ano foi instituído o Regulamento 426, com o qual a política indigenista tomava novos rumos. Foram criadas as Diretorias Gerais dos Índios (DGI) em todas as províncias. As terras em que os índios se encontravam passariam a pertencer ao Império e poderiam ser vendidas pelo mesmo. As diversas etnias deveriam ser aglomeradas em pequenos aldeamentos nas terras “doadas” pelo Estado para seu usufruto. O objetivo era ainda a então “assimilação” desses povos pela “civilização” brasileira (LEOTTI, 2001). Sob a aparente regulamentação das aldeias estava o claro ensejo de legalizar a expropriação dos territórios indígenas.

Para definir as estratégias a serem utilizadas com cada etnia, era necessário conhecê-las. Por isso, o relatório do Presidente de Província José de Oliveira (1849) traz

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

uma classificação da população indígena de Mato Grosso, de acordo com as relações que mantinham com os não índios. Segundo esta avaliação havia três grupos: 1) *aldeados perto das nossas povoações*, 2) *no primitivo estado de independência, mas tem algumas relações conosco*, 3) *hostilização-nos e não se mostram dispostos a querer a nossa amizade*. (sic.). Dessa forma, os Terena, junto com os demais subgrupos Guaná aparecem na primeira categoria.

Em 1846 foi criada a DGI no Mato Grosso, porém eram muitos os obstáculos para a aplicação do novo Regulamento. O aldeamento dos indígenas não seria uma tarefa fácil, no que concerne à dificuldade de estabelecer um padrão para culturas tão múltiplas, com formas diferentes de recepção desse novo modelo imposto pelo Império. A princípio, o controle das aldeias seria entregue a pessoas leigas, o que gerou certo descontentamento entre alguns Presidentes de Província.

Devido às insistências das autoridades de Mato Grosso, foram enviados dois religiosos capuchinhos para a catequese dos índios: Frei Antônio de Molinetto e Frei Mariano de Bagnaia, conforme o relatório do Presidente José de Oliveira (1849). Segundo Augusto Leverger, em relatório de 1851, somente os religiosos poderiam incumbir-se de semelhante trabalho, e mesmo assim, seria difícil cumprir a nova lei. Posteriormente, Leverger (1852) relata que *Quasi nenhuma aplicação se tem feito das disposições do Regulamento 426, de 24 de julho de 1845; e muitas delas parecem inexecutáveis, pelo menos na actualidade*.(sic).

Em geral, estes relatórios seguem o mesmo padrão, com pouca ou nenhuma mudança a cada ano, mesmo quando escritos por pessoas diferentes. No item *Catechese e Civilização* são apresentados os empecilhos para a efetivação do Regulamento 426, e os poucos sucessos segundo a visão das autoridades. Em documento de 3 de maio de 1854, por exemplo, o Presidente de Província Leverger, lamenta não ter conseguido estabelecer uma aldeia para a catequese dos índios Terena e Laiana em Miranda. E em 1856, informa sobre o malogro da Aldeia Quinquinau do Bom Conselho. Contudo, ele, concluiu que o insucesso não foi total, uma vez que muitos índios prestavam serviços aos regionais.

Ou seja, por trás das iniciativas do Estado estava o desejo de empregar a mão-de-obra indígena. Quanto a isso é possível traçar um paralelo com a análise de Monteiro (1995), ao considerar que os índios eram os “negros da terra”. O intento era justificado pelo discurso paternalista que previa proteção aos indígenas e por meio da catequese retirá-los da *vida vagabunda e depredadora a que estão acostumados*, segundo as palavras de Leverger (1853).

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

Os empecilhos para a execução do projeto aldeador eram lembrados a cada ano. O Vice-Presidente de Província Albano de Sousa Osório, em relatório de três de maio de 1857, informa que só havia aldeias, nos moldes estabelecidos pelo Estado, na localidade de Albuquerque. Em Miranda havia muitos índios, mas, *que vivem, posto que mansos, sem lei sobre si*, segundo a avaliação de Osório. Isto mostra que se as tentativas aldeadoras não lograram total êxito no Mato Grosso foi em parte pela não aceitação dos próprios índios. Porém, ainda que parcas, estas iniciativas possibilitaram o acesso dos novos ocupantes à terra e ao trabalho indígena.

Os demais documentos dos Presidentes de Província não diferem substancialmente dos citados aqui. São repetitivas as considerações que atestam as dificuldades em estabelecer os aldeamentos, a falta de missionários ou pessoas que se responsabilizassem pelas aldeias. Apesar disso, não é possível negar que nos primeiros anos da colonização portuguesa e posteriormente do Império, houve uma *territorialização* dos índios induzida pelo Estado. Vargas (2003) traz contribuições relevantes para esta discussão. Segundo a autora, a política indigenista era na verdade uma política das terras indígenas. O aldeamento e a catequese eram os instrumentos usados para controlar as sociedades indígenas e ao mesmo tempo apoderar-se de suas terras. Outros autores, como Vasconcelos (1995) e Cunha (1995a), corroboram com esta análise.

A Lei de Terras (lei n. 601 de 18/09/1850), na prática, também contribuiu com a expropriação. Com a nova legislação a posse passou a ser legalizada somente por meio da compra. Passaram a existir as terras de domínio privado e as terras de domínio público ou devolutas. Quanto ao território indígena, o regulamento não era claro, mas delegava ao Estado a obrigação de reservar parte das terras devolutas para o aldeamento dos índios. Todavia, a tendência geral foi o avanço de terceiros às terras indígenas e espoliação das mesmas (MOREIRA, 2002).

Desta forma, delineava-se a política em relação aos índios. Por meio da catequese as etnias consideradas “mansas” eram aglomeradas em espaços menores. Este intento tinha várias funções: além de liberar terras para os novos ocupantes e aproveitar o trabalho indígena (como no caso dos Terena que forneciam produtos agrícolas e mantas de algodão), ainda possibilitava o guarnecimento as fronteiras.

Todavia, as novas medidas não atingiram grande parte da população indígena da província. São recorrentes as reclamações das autoridades quanto às dificuldades de estabelecer os aldeamentos. Sem mencionar que muitos grupos permaneceram afastados dos empreendimentos coloniais. Em relação aos índios que estavam mais próximos dos

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

novos ocupantes, é preciso fazer algumas ressalvas. Mesmo os Terena, rotulados pelas autoridades como “pacíficos e dóceis”, não aceitaram as condições impostas pelo colonialismo. O Vice-Presidente de Província Albano de Sousa Osório (1857) observou que em Miranda havia índios que não viviam sob os novos moldes impostos pelo Estado, embora mantivessem boas relações com os não índios.

Mas, apesar dos insucessos, a política indigenista do período permite compreender como ocorreu a formação da estrutura fundiária no sul de Mato Grosso, baseada no latifúndio, à custa da expropriação indígena e legitimada pelo Estado sob o discurso do desenvolvimento econômico, e da suposta proteção aos índios. Os dispositivos legais para isso foram: o Regulamento 426 e a Lei de Terras de 1850. Os meios foram a catequese, a *desterritorialização* e a *reterritorialização* indígena. Ou seja, o governo liberou grandes porções de terras ocupadas pelos índios para agropecuária e depois “doou” a eles uma parte reduzida destas terras. Assim, resolviam-se dois problemas: entregava as terras para a elite fundiária em formação e ainda concentrava a mão-de-obra indígena nos aldeamentos para o trabalho nas novas propriedades.

Porém, para aumentar parcialmente o insucesso do projeto indigenista, a tensão decorrente da questão fronteiriça entre Paraguai e Brasil atrapalhava ainda mais a aplicação do Regulamento 426. O litígio na região envolvia os índios, tanto que a tentativa de aldeá-los nas proximidades dos fortes e presídios tinha também o objetivo de guarnecer a fronteira e estabelecer alianças para garantir a posse territorial do Império.

Em 1860, os índios eram utilizados em missões de risco. Tanto o Brasil quanto o Paraguai aliaram-se a grupos indígenas para patrulhamentos e reconhecimento da área litigiosa entre os dois países (LEOTTI, 2001). A situação culminou com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que envolveu diversos grupos indígenas da região platina.

As obras de Visconde de Taunay, militar participante e cronista do conflito platino, passaram por uma releitura por se constituírem como fonte primária do assunto. Desta forma, foi possível evidenciar a cooperação dos Terena com o exército brasileiro. Segundo ele, estes e outros índios foram incorporados à Guarda Nacional. A particularidade, no entanto, é que segundo Vargas (2003), os Terena dispuseram-se a ingressar na Guarda Nacional como uma forma de resolver os problemas que tinham com fazendeiros da região, pois já existiam dissidências entre eles referentes aos limites das propriedades. Além disso, lutar contra a invasão paraguaia significava defender suas próprias terras. A postura destes indígenas diante dos acontecimentos de seu tempo não foi de forma alguma passiva. Eles não aguardaram simplesmente as determinações das autoridades militares, nem seu

recrutamento foi sempre compulsório. Algumas vezes era uma alternativa para resolver também suas questões que nessa conjuntura seguiam ao encontro dos interesses da sociedade regional e da questão de limites com o país vizinho.

É possível perceber quão importante foi a contribuição dos Terena e de outros índios para o Exército brasileiro, em suas atividades como guias, como agricultores, abrigando não índios em suas aldeias, ingressando voluntariamente nas colunas imperiais. Partilhando dos mesmos dissabores, dos mesmos combates e das mesmas moléstias. Dessa forma, eles mantinham a relação de cooperação com o Estado e com a sociedade envolvente.

Entretanto, Vargas (2003) aponta que ao final do conflito, muitas transformações ocorreram no Mato Grosso. A principal delas foi a nova onda de colonização com a intensificação da formação de fazendas. Ao fim da guerra, como toda a gente de Miranda e adjacências, que passou cerca de seis anos refugiada na Serra de Maracaju, os Terena voltaram às suas antigas terras, mas, estas estavam ocupadas por particulares. O processo de formação das fazendas havia se intensificado na região resultando na *desterritorialização* dos Terena. Suas antigas aldeias estavam sendo invadidas pelas cercas das fazendas. Isso ocorreu tanto em função do processo anterior ao evento bélico quanto devido às mudanças trazidas por ele. Enquanto resolvia-se um capítulo da História para os Estados Nacionais da região platina, iniciava-se outro, de lutas e reivindicações para as populações indígenas desta área, na tentativa de assegurar seus territórios.

No entanto, no período explorado neste texto, é possível considerar que quando os europeus estabeleceram-se na América, já havia uma lógica própria no sistema social indígena. Os processos desencadeados a partir da colonização não são resultados exclusivos da atuação européia. A interação entre os Guaná e os Guaicuru evidencia isto. Estas relações eram bem mais complexas do que vassalagem ou escravidão. Alternavam-se momentos de submissão e aliança, envolvendo outras etnias neste emaranhado social. Por isso a noção de política indígena de Cunha (1995) é importante para compreender que as escolhas dos índios também nortearam as ações ao longo da colonização ibero-americana.

4. Considerações finais

O território ocupado pelos indígenas sofreu alterações desde os primeiros anos do colonialismo europeu na América, no entanto, até a metade do século XIX, a maior parte das tentativas de aldear os índios pelas autoridades oficiais não teve o resultado esperado

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

por elas. Esta consideração vale para os Terena, uma vez que eles formaram grandes aldeias ao redor de vilas e presídios, mas em geral, quando isto lhes convinha para viabilizar seus intercâmbios com os portugueses.

Devido a sua maior interação com outras sociedades, os Terena foram considerados índios mais passíveis de “civilização” de acordo com a visão simplificadora e etnocêntrica da época. Porém, esta característica, longe de ser um indício de passividade, atesta suas estratégias de convivência. Ao longo da História deste povo, o Estado e a sociedade envolvente, não pouparam esforços na espoliação do seu território e na tentativa de apagar sua distintividade étnica. Entretanto, estes indígenas mesmo, mantendo relações amistosas, não aceitaram sempre as determinações dos colonizadores, ou quando aceitaram, agiram de acordo com mecanismos próprios.

Fontes

Offício do Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar – Luiz Pinto de Souza, Villa Bela, 17 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 33, doc. n. 1751.

Offício do Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia – João Rodrigues de Sá e Melo, Villa de Cuiabá, 19 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 41, doc. n. 2035.

Offício do Commandante do Presídio de Coimbra – Francisco Rodrigues do Prado, ao Capitão General Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Presídio de Coimbra, 22 de junho de 1796. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 33, doc. n. 1751.

Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás, com a descrição de seus uzos, religião e costumes do Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra ao Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Vila de Cuiabá, 5 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 41, doc. n. 2035.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850.

Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852.

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. No relatório published for 1855.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1856.

Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, o tenente coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1857. Cuiabá, Typ. do Noticiador Cuiabano, 1857.

Referências Bibliográficas

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. III, p. 271-379, 1949.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A história do povo Terena*. São Paulo: MEC: SEF: Centro de Trabalho Indigenista, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural: suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma História indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª vara da 1ª subseção judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 410f.

AS RELAÇÕES DOS ÍNDIOS TERENA NA REGIÃO PLATINA: imposições e alternativas -
por Lenir Gomes Ximenes

Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/AndreyCordeiroFerreira.pdf

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

LEOTTI, Odegar. Corpos Violentados: os índios e Guerra do Paraguai (1860-1870). In. JANUÁRIO, Elias Renato da Silva et al. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: Unemat, 2001, p. 31-47.

MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Rio de Janeiro: Retis, 2000. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/gruporetis/pesquisa/fronteira>.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22 n. 43, p.153-169, 2002.

BERG, Kalervo. A economia Terena no Chaco. In. *Terra Indígena*. Araraquara: UNESP, n.55, p. 20-39, abr./jun. 1990.

SCHUCH, Maria Eunice Jardim. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto Paraguai*. 1995. 87 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay : etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asuncion : Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

TRIGGER, Bruce. Etnohistoria: problemas y perspectivas. San Juan, 1, p. 27-55, 1982.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

Recebido em: 28/08/2009

Aprovado em: 27/10/2009